



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141490 - AP (2021/0010045-0)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : MIGUEL ANGELO DA SILVA RODRIGUES (PRESO)  
**ADVOGADO** : ULYSSES SANTOS DOS ANJOS - AP003533  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MIGUEL ANGELO DA SILVA RODRIGUES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ (HC n. 0004208-71.2020.8.03.0000).

O paciente cumpre pena de 13 anos e 6 meses de reclusão, atualmente em regime semiaberto, e teve a saída temporária prorrogada até 31/10/2020 em razão da pandemia de covid-19.

Nesta via, a defesa sustenta que não há disponibilidade de estabelecimento adequado ao cumprimento de pena no regime intermediário e que em seu retorno será imposta pena nos moldes do regime fechado.

Requer, liminarmente e no mérito, que o recorrente aguarde no regime aberto a liberação de vaga em estabelecimento adequado ao regime intermediário, ou, subsidiariamente, em prisão domiciliar com monitoramento eletrônico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque no *decisum* impugnado o relator consignou que (fls. 90-91):

*A decisão do Juízo da Execução Penal está em consonância com o entendimento deste egrégio Tribunal de Justiça, de que os reeducandos em regime semiaberto foram temporariamente transferidos de local em decorrência da pandemia, e para resguardar a saúde destes, não acarretando em violação da súmula vinculante nº 56. Leia-se.*

[...]

*Somando-se o impetrante não fez prova da alegação de que o IAPEN não oferece aos presos do semiaberto condições deste regime.*

*Tampouco, demonstrou o enquadramento do paciente nas excepcionalidades elencadas no artigo 117 da Lei de Execução Penal para concessão da prisão domiciliar, quais sejam: condenado maior de 70 (setenta) anos; condenado acometido de doença grave; condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental, e a condenada gestante.*

*E a mera indicação da pandemia não é suficiente para concessão da prisão domiciliar, eis que a doença não existe apenas na instituição prisional,*

*colocando toda coletividade em risco de contágio.  
Este tem sido a compreensão desta egrégia Corte  
Estadual.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência